

ANÁLISE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DAS ONGS BRASILEIRAS A PARTIR DOS CONCEITOS DE CAPITAL SOCIAL E REDES SOCIAIS

ANALYSIS ABOUT THE CONSTITUTION OF BRAZILIAN NGOS UNDER THE CONCEPTS OF SOCIAL CAPITAL AND SOCIAL NETWORKS

RODRIGO GUIMARÃES MOTTA¹; FRANCISCO JOSÉ TURRA²; STELLA HIROKI³
1; 2; 3 - DOUTORANDOS PUC-SP

rodrigo-motta@uol.com.br;fturra@uol.com.br;stellahiroki@gmail.com

Resumo - Este trabalho levanta os artigos que já foram escritos em uma revista espanhola dedicada as redes, sobre a constituição e a operação das ONGs brasileiras a partir de uma perspectiva sociológica nos últimos dez anos (de 2006 a 2015), notadamente de dois conceitos fundamentais: o capital social segundo Bourdieu, Coleman e Putnam e as redes sociais e seus laços fortes e laços fracos, como teoria elaborada por Granovetter. São recuperados os estudos feitos pelos autores desses artigos, que englobam a trajetória de ONGs em distintas regiões e contextos brasileiros (Amazônia, Recife e São Paulo) e encontrados pontos em comum e similitudes nos mesmos, tendo como base os conceitos mencionados.

Palavras-chave: Capital Social. ONGs. Redes Sociais.

Abstract - This paper analyses papers published in the last ten years (from 2006 to 2015) by a Spanish journal focused on social networks, about the constitution and operation of Brazilian NGOs. Based on the classical concepts of social capital according to Bourdieu, Coleman and Putnam, and social networks and its strong and weak ties according to Granovetter, the authors found concept similarities in the papers written about different NGOs, located in the Amazon, Recife and São Paulo.

Keywords: NGOs. Social Capital. Social Networks.

I. INTRODUÇÃO

A partir de conceitos clássicos do estudo de sociologia, entre os quais se destacam o capital social e as redes sociais, os autores deste artigo analisam, utilizando uma pesquisa em fontes secundárias, a constituição e desenvolvimento das ONGs brasileiras. Cabe, dessa forma, em um primeiro momento, resgatar as definições de capital social e rede social.

Ao falar de capital social, três autores devem ser mencionados: Bourdieu, Coleman e Putnam. Para Bourdieu (1986) o capital social é composto de recursos reais e potenciais vinculados à posse de uma rede durável de relações institucionais que buscam benefícios de reconhecimento mútuo. Já Coleman (1988), por sua vez, define o capital social pela sua função. O capital social não contém uma única entidade, mas sim uma variedade de entidades com a característica comum de constituir algum aspecto da estrutura social e de facilitar ações, interesses e recursos de capital humano para os indivíduos dentro da

estrutura. Putnam (2002), finalmente, define o capital social a partir de cortes nas organizações sociais, como são as redes, normas e confiança mútua que facilitam a coordenação, cooperação e reciprocidade generalizada e os benefícios coletivos em vista a assegurar bens econômicos ou ao próprio funcionamento da democracia. Coleman e Bourdieu vêem o capital social como um valor instrumental ou um recurso para outras finalidades. Putnam o vê como um bem expressivo e como base da democracia.

Para explicar o conceito de redes, um autor que é referência é Granovetter e seu trabalho sobre a força dos laços fracos, de 1973. Para este autor, as redes próximas a um indivíduo, composta pelos seus familiares e amigos mais próximos, são o que ele denomina redes de laços fortes. Essas redes, ainda que prestem apoio e forneçam solidariedade em situações emergenciais, não são as mais propícias para se difundir a inovação nem para abrir perspectivas sociais mais amplas para os indivíduos. Nossos conhecidos (laços fracos) tem menor probabilidade de estarem envolvidos entre si do que nossos amigos (laços fortes). Dessa forma, as redes formadas por conhecidos são redes de baixa densidade, enquanto redes formadas por amigos são de alta densidade. Dando sequência ao raciocínio do autor, as redes de laços fracos são uma forma muito importante para aproximar redes de laços fortes que se não houvesse os laços fracos, não se relacionariam. Logo, indivíduos com poucos laços fracos se isolam e ficam restritos ao convívio e as informações oferecidos pelos seus amigos. Extrapolando este raciocínio, sistemas sociais e organizações como as ONGs, sem laços fracos serão incoerentes e fragmentados.

Uma vez exposto os dois conceitos, pode-se perceber a contribuição que as redes, com seus laços fortes e especialmente seus laços fracos, podem fornecer para os indivíduos e organizações constituírem seu capital social e dessa forma poderem avançar sua agenda de trabalho rumo aos seus objetivos.

II. PROCEDIMENTOS

Este estudo utilizar-se-á de levantamentos em fontes secundárias, nesse caso nos artigos publicados pela REDES

– Revista hispana para el análisis de redes sociales, em sua página na internet (<http://revista-redes.rediris.es>). Essa revista é uma publicação acadêmica espanhola, especialista em artigos sociológicos escritos especialmente sobre redes sociais e conceitos afins, onde também se enquadram as definições de capital social. Os autores do artigo pesquisaram as revistas escritas nos últimos dez anos (2006-2015) e encontraram três artigos especialmente elaborados sobre as situações das ONGs brasileiras, tendo como enfoque os conceitos mencionados, ambos publicados em 2007. Uma vez feita uma síntese de cada um dos trabalhos, foi então analisado pontos de convergência entre os artigos para verificar se existiam pontos de conexão relevantes entre os mesmos.

III. RESULTADOS

Em primeiro lugar, os autores, uma vez encontrado os artigos que seriam estudados, elaboraram um breve resumo com as idéias-chave contida em cada um, que poderão ser lidos a seguir. São artigos que, apesar de tratarem de ONGs brasileiras, abordam realidades muito distintas, a saber, o caso das ONGs e demais organizações que compõe a sociedade civil em São Paulo, as redes de associações camponesas na Amazônia Ocidental como potencial fonte de capital social e finalmente como são constituídas as ONGs na região metropolitana de Recife, a partir do conceito de relés sociais.

O primeiro artigo é “Redes e capacidade de ação na sociedade civil – o caso de São Paulo, Brasil”, escrito por Adrian Lavalle, Graziela Castello e Renata Bichir e publicado em 2007. Quando da redação do artigo, os autores constataram que apesar dos inúmeros trabalhos acadêmicos sobre a sociedade civil, havia uma carência de materiais sobre as organizações civis reais, sua diversidade, lógicas de atuação e dinâmicas de interação com outros autores. A partir dos conceitos das redes sociais, são detectados três grandes grupos de organizações civis: os movimentos sociais, que são os atores mais centrais da rede (apesar da pouca relevância atribuída aos mesmos em tempos recentes na academia), as articuladoras e as ONGs. Há outras formas mapeadas, porém essas se constituem nas de maior destaque. Tais formas ocupam destaque pela sua maior capacidade de atuação e escolha.

O universo pesquisado foi o município de São Paulo, através de uma *survey* com seis meses de duração, em 2002. Para construir a amostra, utilizou-se a técnica de bola de neve. Essa técnica, segundo Baldin e Munhoz (2011, p. 332) “*é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto*”.

Este estudo explicitou um pouco mais do que se trata as principais organizações civis abordadas.

As organizações populares têm como beneficiários segmentos da população e ou membros da comunidade, têm como principal atividade articular atores e iniciativas sociais e atividades de reivindicação, mobilização e intermediação. Exemplos são o Movimento dos Sem Teto (MST), o

Movimento de Moradia no Centro e a Unificação de Lutas de Cortiços. Já as articuladoras têm como beneficiários organizações e atores coletivos, atuam para articular atores e iniciativas sociais e para reivindicar, mobilizar, organizar a população e em atividades de intermediação. Entidades que podem ser mencionadas como exemplos são: a Associação Brasileira de ONGs (Abong), a Fundação Abrinq e a Rede Brasileira das Entidades Assistenciais (Rebraf). Finalmente as ONGs têm como beneficiários segmentos da população e seu público-alvo, agem para tematizar publicamente problemas, reivindicar e intermediar e entre tantas, podem-se ser mencionadas o Instituto Polis, a Ação Educativa e o Grupo Corsa.

Durante a *survey* realizada, foi considerado um ator central no interior de uma dada rede, aquele que a partir de um número considerável de relações consegue exercer grande influência sobre os demais atores e gerar neles certa dependência, controlando diversas possibilidades de fluxo e desfrutando uma capacidade maior de fazer escolhas dentro do seu universo de relações. A centralidade em uma rede surge como consequência de padrões de relações estabelecidos entre os atores.

As medidas de centralidade adotadas foram sete: número de vínculos recebidos, número de vínculos enviados, capacidade de intermediação e articulação de diferentes sub-redes, proximidade passível de ser traduzida em capacidade de ação e coordenação, poder de uma entidade sobre outra, organizações que lançam mais vínculos e organizações com maior acesso a informação.

Segundo o estudo, no ápice do universo das organizações civis se encontram as organizações populares, seguidas das articuladoras e por último das ONGs. O estudo apontou que as organizações que ocupam posições centrais na rede como um todo também apresentam organicidade e complexidade desproporcionalmente maiores em suas relações internas ou com entidades do mesmo tipo. Além disso, o fato dos atores caracterizados pela posse de redes mais coesas e organizadas internamente corresponderem exatamente aqueles que ocupam posições mais centrais na rede como um todo apontam para uma estreita relação entre os modos de organização interna dos diferentes tipos de entidade e os papéis por eles desempenhados no universo das organizações civis.

As entidades centrais na rede não apenas cultivam vínculos preferenciais com atores igualmente centrais, mas desenvolvem entre si uma integração mais ampla, que se traduz em maior número de vínculos possíveis que estão efetivamente presentes.

Indo mais a fundo no estudo das organizações populares, percebe-se que se caracterizam por serem atores engajados na disputa de questões estruturais, lançando mão, para tanto, de expedientes de mobilização e protesto que pressionam as instâncias de tomada de decisão e suscitam atenção pública. A articulação das organizações populares entre si parece mais relevante para sua estratégia de atuação, centrada no protesto, do que a conexão com outros tipos de entidades. A lógica seletiva de se relacionar com atores mais centrais ou com maior capacidade de ação vale também, embora de forma algo atenuada, para os vínculos

privilegiados pelas organizações populares em outras organizações civis.

As articuladoras, por sua vez, exprimem o resultado dos esforços de outras organizações civis, em boa medida das ONGs, mas não só – no sentido de ampliar e fortalecer o trabalho por elas desenvolvido mediante a institucionalização de atores com capacidade de coordenar e impulsionar as agendas de seus membros. Elas são relativamente mais distantes do universo mais amplo de entidades com as quais mantêm relações e em se tratando de entidades assim centrais, acusam capacidade limitada de alcançar outros atores. Como as organizações populares e por motivos semelhantes – alta centralidade acompanhada de vínculos com algum tipo de entidade periférica, as articuladoras sustentam relações marcadas pela assimetria. As articuladoras ordenam suas estratégias de relacionamento por afinidades temáticas, funcionais e programáticas. As relações entre articuladoras e ONGs constituem caso de aliança, onde coincidem reciprocidade plena e importância máxima. A aliança exprime em boa medida a origem das próprias articuladoras e simultaneamente, mostra seus vínculos mais recorrentes, reforçando seu perfil temático.

Por último as ONGs completam os atores civis de alta centralidade e atuam mediante a tematização pública de problemas, não raro abordados a partir de uma semântica política de direitos cidadãos. A centralidade das ONGs, ao contrário dos formatos mencionados anteriormente, segue um perfil ativo, que mais procura do que é procurado. Seu perfil como construtoras ativas de relações adquire concreção no plano de suas relações internas, como uma especialização temática acentuada que, no entanto, vem acompanhada mais uma vez da maior eficiência para alcançar diferentes atores, mas agora acrescida da maior disponibilidade de caminhos rápidos para alcançá-los. Em parte, devido ao grande número de entidades na rede interna das ONGs, a proximidade entre seus integrantes é baixa e ao contrário do que ocorre nas relações dessas entidades com as outras organizações civis, os vínculos internos são assimétricos, ou seja, as relações entre as ONGs são consideravelmente hierárquicas. As ONGs notabilizam-se não apenas por serem os principais construtores de relações no universo estudado, mas por terem contribuído decisivamente para a criação de um novo tipo de entidades com notável capacidade de ação, coordenação e agregação.

O segundo artigo, cujo título é “Redes de associações de grupos camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social? ”, foi redigido por Maria Cristina Maneschy e Alden Klodahl, também no ano de 2007.

Na Amazônia Oriental, tem crescido o número de associações de grupos camponeses, especialmente a partir dos anos noventa do século passado. Elas buscam meios alternativos para lidar com interesses comuns e organizar esforços individuais e coletivos e, desse modo, contribuir com a redução das desigualdades.

Este estudo baseia-se em dados de entrevistas com líderes de trinta e seis associações rurais em três municípios do nordeste do Estado do Pará. Examina em que medida essas organizações representavam formas de capital social, isto é, redes capazes de produzir e prover acesso a recursos do ponto de vista dos grupos locais. O ambiente dessas

redes é analisado, enfatizando-se os conjuntos de relações que mantinham com associações similares, ONGs, instituições governamentais, movimentos sociais, sindicatos e políticos. Se dispor de conexões sociais era fator crucial para as associações alcançarem os objetivos imediatos, constatou-se que elas não eram em geral suficientes para se sobreporem às restrições dos contextos. Barreiras concretas à comunicação reduziam a habilidade da rede em difundir os recursos imersos ou acessíveis.

Os autores recorrem ao conceito de capital social, notabilizado por Putnam e Lin, e, antes deles, por Bourdieu e Coleman, que se refere ao potencial das redes sociais gerarem solidariedades e reciprocidades e, portanto, de se constituírem em recursos sociais apropriáveis pelas pessoas e coletividades que interagem em rede. Nesse campo, destaca-se também o enfoque de Granovetter quanto à imersão da ação social em “sistemas concretos e continuados de relações sociais”, isto é, em redes de relações, das quais derivam confiança, controle e ganhos diversos. Seu conhecido estudo de 1974 sobre busca de empregos e recrutamento detectara a “força” dos contatos de uma pessoa no seu acesso ao mercado de trabalho.

O conceito de capital social refere-se, pois, a capacidades inscritas nas conexões sociais, que concorrem para a ação comum e para a consecução de benefícios. Tornam possível alcançar determinados fins inatingíveis por indivíduos isolados, se contassem unicamente com seus atributos pessoais, posição de classe ou status.

Em suma, os enfoques das redes como fontes de capital social, como ativos relacionais, apontam para duas dimensões de análise. De um lado, as potencialidades inerentes à estrutura das relações sociais, que facilitam as ações: reciprocidades, confiança, normas e recursos partilhados. E, de outro, a posição das redes locais e de seus elos nas estruturas de redes mais amplas em que necessariamente se inserem. Redes sociais se formam e operam de maneira dinâmica, na interseção entre influências internas e do ambiente externo.

As entrevistas com os líderes visaram a história da associação, os grupos envolvidos e seus motivos, os fatores que levaram à criação, as ações em curso e as agendadas, além de solicitarem do informante uma avaliação sobre conquistas e problemas. E, evidentemente, o objeto da presente análise: a identificação dos contatos, isto é, com quem a associação interagira direta ou indiretamente e o tipo de interação; esses dados permitiram elaborar os gráficos das redes com o uso do programa Netdraw, discutidos adiante.

Para os conteúdos das interações, indagou-se sobre a existência de acordo ou contrato com algum órgão para repasse de bens, meios financeiros ou serviços (por exemplo, cursos); fontes e tipos de apoio recebidos e prestados, entendendo-se por apoio desde empréstimos, doações financeiras, cessão de materiais, transporte, serviços, até encorajamento, conselho, companhia em viagem, informação, redação do estatuto da associação e intermediação para um contato relevante. É preciso notar que questões assim formuladas geralmente são limitadas para captar relações e práticas informais e ocasionais. Por isso, quaisquer referências que o entrevistado fazia a

contatos de qualquer natureza, inclusive em resposta a outros tipos de questões, foram computadas, independente da frequência ou intensidade das relações.

No tratamento dos dados, os tipos de contatos foram sistematizados nas seguintes categorias: prestação de favor, crédito, atividades de formação, assistência técnica, informação, cessão ou viabilização de acesso a equipamento, participação em reuniões e encontros e, finalmente, serviços relacionados a bem-estar social, a exemplo do transporte de alguma pessoa doente. Essa classificação apresentou algumas lacunas pela dificuldade de enquadrar com precisão as ações pertinentes e, portanto, torná-las todas passíveis de tratamento quantitativo.

Nas condições vigentes e na ausência das “outras formas de capital”, conexões sociais revestiam-se de especial importância para as associações alcançarem seus objetivos. Porém, observou-se que suas conexões não eram suficientes para se sobrepor às restrições dos contextos locais. Assim, a rede de contatos tendia a reproduzir as vulnerabilidades dos grupos de associados e de suas comunidades.

Eles estavam diretos ou indiretamente expostos a muitos tipos de contatos, mas o acesso efetivo não era uniforme. As áreas da rede com maior diversidade de relações eram, precisamente, aquelas que se relacionavam a territórios especiais; no caso deste estudo, tratava-se das inseridas em unidades de conservação ambiental e seu entorno e das comunidades quilombolas. Para elas convergem, na atualidade, interesses e atores cujas conexões se estendem até o plano internacional.

Viu-se que nós periféricos eram portadores de informação “não redundante” e canais potenciais para contatos variados, oportunidades de participar em eventos, por vezes acesso a financiamentos alternativos para “pequenos projetos” de desenvolvimento local, ligações com ONGs e movimentos atuando em áreas de interesse correlato. Algumas associações e organizações estavam assegurando esses fluxos diversos na rede e, portanto, atuando como pontes.

O último artigo encontrado na REDES sobre a constituição de ONGs brasileiras, também preparado em 2007, é “A Construção das Redes Sociais de Operadores de ONGs: Os Mecanismos de Recrutamento a Partir das Relés Sociais”, de Breno Augusto Souto Maior Fontes.

O artigo busca uma nova forma de tratar o conceito de relé social trazido dos trabalhos de Ohlemacher para explicar processos de mobilização de recursos em movimentos sociais. O autor propõe a partir do estudo sobre ONGs voltadas para a Educação uma inovação no estudo sobre relé social, ou seja, ele traz a análise empírica e a elaboração de gráficos via software para demonstrar a relação entre os operadores das ONGs na cidade de Recife.

Fontes busca investigar de que forma ocorrem os processos subjacentes às trajetórias os operadores de ONGs: como são recrutados, quais seus campos de filiação institucional mais frequentes, quais características mais significativas podem ser destacadas neste processo. Também descrever o conceito de relé social, que ele traz para o estudo de Redes e a utilização de gráficos para visualizar a interação entre os participantes da ONGs.

Para a pesquisa, Fontes entrevistou noventa e quatro pessoas que trabalham em dez ONGs, que atuam na Região Metropolitana de Recife. Os entrevistados citaram 204 instituições que estão diretamente ligadas à sua atividade profissional. Elas podem estabelecer conexões somente profissionais, mas também pessoais, ou seja, conexões de nível social que levaram o entrevistado a ser introduzido a alguma ONG.

O conceito de relé social abordado no artigo é emprestado de Ohlemacher, pois este utiliza o conceito para a mobilização de militantes para movimentos sociais. Enquanto Fontes se apropria como: “É empregado neste caso enquanto instrumento analítico para explicar, a partir das redes ego-centradas, os processos de mobilização subjacentes a um movimento social. Os relés sociais produzem e divulgam a mobilização para novas redes; por meio deles são criadas novas ‘redes de redes’”. (FONTES, p. 04, 2007)

O autor define relés sociais com quatro funções: a) eles ligam redes não conectadas anteriormente. Pessoas entram em contato com outras através de “pontes” estabelecidas a partir de contatos sociais pré-existentes; b) eles formam um ambiente, a organização e a estrutura institucional de um grande número de relações face a face. Os relés se estruturam basicamente através de círculos sociais que entrecruzam processos de sociabilidades originários de redes ego-centradas; c) algumas destas redes (redes de mediação) geram novas redes (sub-redes) e ao mesmo tempo renovam o conteúdo das redes antigas (redes de procedência), principalmente Igreja e partidos políticos; d) A mobilização em um relé social ultrapassa as fronteiras do próprio relé, ou seja, os atores se encontram por interesses comuns e formam novos campos institucionais que muitas vezes não tem como origem exclusiva as redes de mediação.

A partir desta apresentação do termo relé social dentro do campo de Redes e da utilização dos gráficos, Fontes verificou que entre os operadores das ONGs de Educação em Recife existem claramente aqueles que são estratégicos para a formação na rede, centrais e conectando vários atores. São os que controlam recursos, que mobilizam atenções e que provavelmente os que dispõem de um estoque de capital social mais importante; sendo capaz, em traduzir um maior volume de recursos potencialmente mobilizáveis a partir desta posição particular na rede.

Esta rede apresenta relativamente uma média integração entre seus membros (mesmo considerando as posições diferenciadas de alguns), o que significa que há um número relativamente importante de tríades e consequentemente uma transitividade média. Foi observado que desta forma, um número relativamente importante de tríades, mas um relativamente pequeno número de atores que concentram fluxos de informações e de poder. A rede se estrutura em campos de sociabilidade onde são relativamente fechados, conectados ao restante do sistema por um ou mais ator, que detém posições privilegiadas.

Portanto, o autor verifica duas possibilidades: a) as relés que se estruturam nas trajetórias de sociabilidade dos entrevistados e que explicam como eles foram recrutados pelas ONGs onde atuam; b) as relés que são ativadas a partir dos campos de sociabilidade formados pelos entrevistados:

são campos de sociabilidade onde os entrevistados conhecem pessoas e as recrutam para atuarem em ONGs, seja naquelas onde trabalha ou/e outras onde tem contato.

Como conclusão, o autor visualiza que muitos operadores possuem uma expressiva ligação com partido político e com uma instituição religiosa, estas seriam os dois campos mediadores para formação das relés sociais das ONGs de Educação do Recife. Há também um entrecruzamento de círculos sociais, o do campo religioso e o político. Fato este que repercute nas redes de ONGs dos entrevistados.

Ao analisar os três artigos, pode-se observar que as realidades ainda que sejam distintas no que se refere aos atores, contexto e geografia das ONGs estudadas, e as metodologias dos estudos sejam diferentes entre si, todos se fundamentam (também) em conceitos comuns, entre os quais os objetos desse estudo, o capital social e as redes sociais.

No caso de São Paulo, a fortaleza das organizações civis, sejam as ONGs ou os outros dois tipos estudados, os movimentos sociais e as organizações articuladoras, é obtida fundamentalmente através de seu capital social, por sua vez obtido a partir das redes sociais estabelecidas entre essas organizações e entre as mesmas e o restante da sociedade. Há uma convergência conceitual do caso de São Paulo com aquele apresentado sobre a Amazônia, visto que além dos conceitos de capital social e redes sociais serem os fundamentos de ambos os artigos, fica claro pela exposição apresentada pelos autores de que, para os camponeses da Amazônia e as ONGs das quais eles fazem parte terem acesso aos recursos necessários para sua sobrevivência, a prospecção e captação desses recursos só pode ser obtida através do capital social das ONGs e de seus líderes, que é acionado através das redes sociais e seus laços fracos constituídos por essas organizações e as demais, além de com o governo. Esta forma de interpretar e utilizar o capital social está alinhada com a perspectiva de Coleman e Bourdieu, para quem o capital social é um valor instrumental para a obtenção de recursos, no caso de ordem econômica e política. Além disso, fica demonstrado a importância e a necessidade da constituição de laços fracos, mais do que os laços fortes, para a aquisição desse capital social, necessário para a viabilização dos recursos almejados.

Finalmente o caso do Recife, que apresenta como são recrutados os operadores de ONGs da região metropolitana também denota a necessidade do trabalho ao redor do capital social e das redes sociais para a sobrevivência e vitalidade das ONGs, visto que o recrutamento é permitido principalmente através dos laços estabelecidos entre redes e do capital social dos participantes, o que envolve agentes de outras instituições como igrejas e partidos políticos. Os relés sociais, a partir desse ponto de vista, são laços fracos intermediados por outras ONGs ou organizações civis e constituiriam, portanto, uma parte da teoria maior e mais abrangente dos laços fracos de Granovetter, que englobam relações não tão próximas e que permitem o acesso a recursos, mas segundo este autor, poderiam ser formados inclusive por indivíduos e não apenas por organizações. Quanto ao capital social, fica novamente explícito no artigo

a pertinência da abordagem de Coleman e Bourdieu, visto que através de laços fracos (no caso, os relés sociais constituídos com organizações como as Igrejas por exemplo), as ONGs são capazes de expandir seu capital social e através deste obter os recursos almejados, no caso, novos integrantes.

IV. CONCLUSÕES

Apesar da dificuldade em se comparar estudos tão distintos, como os que foram selecionados para este trabalho, pôde-se notar que todos possuem não só o mesmo objeto, no caso as ONGs brasileiras, assim como seus alicerces teóricos compostos pelos conceitos de capital social e redes sociais. As conclusões dos trabalhos também reforçam a pertinência e a necessidade de se estudar as ONGs brasileiras sob a perspectiva destes conceitos, que imprescindíveis não só para a elaboração acadêmica, como também para a própria sobrevivência e desenvolvimento das ONGs dentro da sociedade civil brasileira.

Ainda que se trate de estudos exploratórios, este estudo pode ser útil para gestores e participantes de ONGs, que podem planejar formas de atingir seus objetivos pela ampliação do capital social através dos laços fracos constituídos com indivíduos ou com outras organizações (relés sociais).

É necessário, para se aprofundar no tema, que seja realizado um estudo mais abrangente, com uma metodologia comum, com as ONGs brasileiras, e, caso as conclusões possam ser extrapoladas para outras regiões, é também necessário que o referido estudo seja feito na região em questão, para se detectar as peculiaridades regionais e como elas interferem com o capital social e na elaboração das redes sociais.

V. REFERÊNCIAS

- BALDIN, N.; MUNHOZ, E.M.B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **SIRSSE**, 2011, p. 329-341.
- BICHIR, Renata; CASTELLO, Graziella; LAVALLE, Adrian. Redes e capacidade de ação na sociedade civil. O caso de São Paulo, Brasil. **REDES**, vol. 12, 2007.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: Richardson, John G. (ed.) **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York, Greenwood Press, 1986, p. 241-258.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions. Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, 1988.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **The American Journal of Sociology**, vol. 78, p. 1360-1380, 1973.
- GRANOVETTER, M. **Getting a job: a study of contacts and careers**. Cambridge, Harvard University Press, 1995.

KLOVDAHL, Alden; MANESCHY, Maria Cristina. Redes de associações de grupos camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social. **REDES**, vol. 12, 2007.

OHLEMACHER, T. Hamburgo, 1999. **Struktur und system. Eine empiriebasierte annäherung von strukturaler und systemtheorie.** Habilitationsschrift and der Universität Hamburg, 1999.

LIN, Nan. **Social capital, a theory of social structure and action.** Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. A Construção das redes sociais de operadores de ONGs: os mecanismos de

recrutamento a partir das relés sociais. **REDES**, vol. 12, 2007.

PUTNAM, R. **Bowling alone: the collapse and revival of american community.** New York, Simon & Schuster, 2002.

VI. COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.